

ZÉ MARRETA

ESPECIAL PARA APOSENTADOS

1302 - JOÃO MONLEVADE, SEGUNDA-FEIRA, 21 DE ABRIL DE 2014

O Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade (Sindmon-Metal) convida para a cerimônia de **posse da nova diretoria** da entidade, eleita para o triênio 2014-2017, e **celebração do Dia do Trabalhador**.

Local:
Sede do Sindicato, rua Duque de Caxias, 165, bairro José Elói, (ao lado da Policlínica).

Data: 1º de Maio

Horário:
19 horas



vir castano/dablie



PROGRAMAÇÃO DO DIA DO TRABALHADOR

6h30 - Carreata com trajeto da sede do Sindicato à Igreja Santa Rita, onde será celebrada a Missa do Trabalhador;

13 às 17h - Festa infantil, com brincadeiras, guloseimas, pintura facial, oficina de “trecos” e intervenções teatrais da Cia. O Salto;

19h - Cerimônia de posse da diretoria, com momentos relativos aos 50 anos do golpe militar de 1964, com participação de João Paulo Pires de Vasconcelos, ex-presidente do Sindmon-Metal, e do deputado federal Nilmário Miranda, integrante da Comissão Nacional da Verdade. Show musical do grupo Bendegó com clássicos da MPB que tematizam a ditadura, em interação com o grupo de teatro Cia. do Infinito.

A DIRETORIA

COMISSÃO EXECUTIVA: Otacílio das Neves Coelho - Presidente | Marcelo de Oliveira Carvalho - Vice-Presidente | Marco Antônio da Silva - Secretário-geral | José Quirino dos Santos - Sec. de Administração e Finanças | Joselito Marques Abrantes - Sec. Social e Saúde | Wilson Carlos Dias - Sec. Divulgação/Imprensa | Juscelino de Moura Gomes - Sec. Formação

SUPLENTE DE DIRETORIA EXECUTIVA: José Geraldo Taciano | Eudson Pereira da Silva | Eduardo de Oliveira Alfeu | Geraldo Magela Zóia | José Geraldo Tavares | Antônio Lasma Bicalho | Gerson Ailton Correa | Nilson Gomes de Lima | Ronaldo Balbino Dias | Luiz Carlos da Silva | José Geraldo Gandra | José Expedito dos Santos Ferreira | Sinézio Vilela Santiago | Geraldo Jorge da Silva

CONSELHO FISCAL - EFETIVOS: Maurício Farias da Silva | Ari Alves de Freitas | João Bosco Quintão

CONSELHO FISCAL - SUPLENTE: Emerson Stanley de Araújo | José Milton Soares | Carlos Magno de Freitas

CONS. DE APOSENT.: Geraldo Cláudio Fernandes | Geraldo Lúcio Ribeiro | Lauro Gomes da Costa | José Carlos Pimentel | Júlio da Silva | José Geraldo da Silva | José Ancelmo Soares | Paulo Antônio dos Santos

*Agradecemos aos companheiros pela maciça participação no processo eleitoral e contamos com sua presença em nosso evento.
Bem-vindos!*

DEPOI-
MENTO
DE
GERAL
DO
OSCAR
(1921-
2012), conce-
dido ao nosso



Centro de
Referência e Memória
do Trabalhador (Cerem) em novembro de 2006, na casa
onde morava, em Ouro Branco (MG).
Ele presidia o Sindicato dos Metalúrgicos de João
Monlevade quando ocorreu o golpe, e, junto a outros 68
companheiros, foi demitido da Usina, obrigado a retirar
toda a família de sua casa e preso.

“Quando eu fui preso, tive os meus direitos políticos
cassados. Porque, além de ser presidente do sindicato, fui
vereador da comarca de Rio Piracicaba por duas
legislaturas consecutivas. Eu era do Partido Trabalhista
Brasileiro. (...)”

(...) Eles [os militares] nos afastaram e já (...) viemos
direto para o Dops (Departamento de Ordem Política e
Social) de Belo Horizonte. Ali nós ficamos presos por 30
dias. (...)”

(...) [Depois de solto], me escorraçaram lá de João
Monlevade, dizendo que eu tinha que entregar a casa, que a
casa era da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira. Eu tive
que sair de uma hora para outra, larguei tudo que eu tinha
lá. Não tinha nada de valor, mas tinha [coisas como] cama,
colchão, guarda-roupa, armário. (...) Tive que deixar tudo
para trás (...). Então, eu tive que sair correndo de João
Monlevade. E assim o fiz e entreguei a casa limpa
fisicamente, só ocupada dos meus cacarecos.
(...)”

No outro dia, meu filho mais velho é que tirou a
mudança de lá num caminhão emprestado pela companhia
(empresa) de um grande conhecido que eu tinha lá (...) ...
Minhas coisas vieram para Belo Horizonte. Ficaram num
lugar que eu nem sabia onde era, porque, na época em que
meus móveis vieram, eu não tinha ainda casa, eu estava na
casa de minha irmã e lá não cabiam minhas coisas.

Posteriormente é que adquiri uma residência lá no
bairro Minas-Brasil, sem água, sem luz e com as maiores
dificuldades. Eu tive que entrar para dentro da casa no
escuro. Na época, eu tinha 8 filhos...

1964. A história do golpe de 31
de março, que inaugurou um
período de perseguições,
violência, censura e injustiças
sociais, que se estendeu por 21
anos, passa pelo Sindicato dos
Metalúrgicos de João
Monlevade, um dos alvos da
repressão.

Ainda no mês de abril daquele
ano, forças militares invadiram
a sede do sindicato à caça de
diretores, que foram procurados
também em suas casas e local
de trabalho. Foram presos 69
companheiros, que tiveram seus
nomes incluídos em Inquérito



Policia Militar, que, logo em suas primeiras páginas, faz comentários como estes
sobre os sindicalistas relacionados no processo:

- “agitador - grevista - chefe de piquete - assina tudo contrário à empresa”;
- “no seu Bar (...), o rádio só era ligado na Rádio Mayrink Veiga (...), ouvindo até
altas horas a pregação subversiva do ex-Deputado Leonardo Brizola”;
- “elemento perigoso”.

Entre os presos, estava Geraldo Oscar de Menezes, que teve seu segundo mandato
interrompido 1 ano antes de concluí-lo. Ele, falecido em 2012 aos 91 anos, concedeu
entrevista ao Centro de Referência e Memória do Trabalhador (Cerem) do Sindmon-
Metal em 2006 (veja trecho do depoimento na página à esquerda).

Como se vê pela expressão “assina tudo contrário à empresa”, citada acima, e pelo
relato de Oscar, a então Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, como outras forças
do capital privado, tiveram participação ativa na consolidação do golpe, que, por
motivos como esse, é melhor designado como “civil-militar” e não apenas “militar”.
É preciso lembrar para não repetir essa página brutal da história do país.

as instituições e as ruas

“A ditadura representou a restauração do
fêrreo domínio do grande capital nacional e
internacional, com um modelo exportador e de
consumo de luxo, amparado num regime de
terror.” Esse trecho de artigo do sociólogo Emir
Sader traduz muito bem os anos de chumbo
inaugurados pelo golpe de 1964, produto de
alianças de forças conservadoras militares e
civis.

Prisões, torturas, censura e implantação de
um modelo econômico centralizador e injusto
marcaram a experiência ditatorial brasileira.

Foram 21 anos de ditadura – até 1985 –,
quando o país pôde começar a assistir à
retomada do regime democrático, ainda que
com uma série de limitações: foi restaurado o
estado do Direito, mas, como diz o sociólogo,
“não houve democratização econômica e social,
deixando incólumes o poder dos bancos, dos
latifundiários, dos meios de comunicação, das
grandes corporações industriais e comerciais,
nacionais e estrangeiras”.

O longo período de violência e
imposição de silêncio não transcorreu, no
entanto, sem mobilização popular e sindical.
Lembremos, por exemplo, a elaboração, de
documento assinado por vários sindicatos, entre
eles o de Monlevade, entregue em 17 de
fevereiro de 1976 ao então presidente da
República Ernesto Geisel, quando este esteve
no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte. O
texto procurava expressar o inconformismo do

povo frente à farsa do “milagre econômico”
apregoadado na época e reivindicava, entre outras
questões, as seguintes providências: “liberdade e
autonomia sindical”; “restauração da
estabilidade inserida na Constituição de 1967”
[portanto, antes da implantação do Ato
Institucional nº 5, AI-5, que suspendeu direitos e
liberdades]; “humanização do Fundo de Garantia
por Tempo de Serviço (FGTS)”; “direito de
greve”.

Dois anos depois, no dia 12 de junho de
1978, o então presidente do Sindicato dos
Metalúrgicos, João Paulo Pires de Vasconcelos,
encaminhava correspondência a outras
lideranças sindicais, chamando atenção para o
fato de que o governo se mantinha surdo e mudo
às reivindicações. Ele frisava: “Nesta
oportunidade, fazemos questão de destacar que o
movimento sindical está unindo todos os
Sindicatos de trabalhadores, bem como a todos
os segmentos da vida nacional, em busca de um
objetivo único, o pleno restabelecimento do
estado de Direito”.

Nesse mesmo ano de 78, João Paulo
comandaria uma das duas primeiras greves após
a instituição do AI-5 – a outra foi no ABC
paulista. Esses movimentos contribuíram para
fragilizar a ditadura.

Outras instituições democráticas e setores
progressistas da Igreja também tiveram um
papel importante na construção do caminho
para a democracia.



Juventude dá voz a novas demandas

A democracia é um processo sempre em construção,
a exigir compromisso permanente para que não seja apenas
uma palavra. Relembrar o golpe militar não é, portanto, se
voltar apenas para o passado, mas valorizar a liberdade e a
justiça social.

Em junho do ano passado, o país viu jovens irem às
ruas, inicialmente em torno de reivindicações referentes ao
transporte público, mas depois trazendo à tona uma série de
bandeiras.

Essa mobilização da juventude estimulou
instituições, algumas já com largo histórico de mobilização,
a retomarem o caminho das ruas, das reivindicações a céu
aberto que obrigaram muitas autoridades a enxergar que as
mudanças no país ainda não estão completas e não podem
se limitar a conversas de gabinete.

Em João Monlevade, o Sindmon-Metal foi uma das
referências de apoio para estudantes que se mobilizaram
por mais democracia e respeito no município, no estado e
no país. Essa presença entre segmentos progressistas da
sociedade marca nossa história no passado e sempre.

LEMBRAR PARA QUE NÃO SE REPITA

Ações por perdas de FGTS suspensas temporariamente pelo STJ

Em outubro de 2013, o Sindicato dos Metalúrgicos abriu processo na Justiça por perdas no FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) desde 1999. A mesma iniciativa tem sido tomada por outras entidades de representação de classe.

Entretanto, em fevereiro, o STJ (Superior Tribunal de Justiça) suspendeu todas as ações desse tipo. Dessa forma, os tribunais inferiores terão que esperar um posicionamento do STJ sobre o tema, para orientar suas sentenças.

Já houve decisões favoráveis à correção do FGTS por um índice diferente da TR (Taxa Referencial) – usada até hoje –, de forma a aumentar seus rendimentos, mas até o momento são todas sentenças de 1ª instância e, portanto, sujeitas a recursos.

Havia previsão de que o STJ, ainda neste mês abril, julgasse a ação que servirá de referência para os demais julgamentos, mas, até o fechamento desta edição do boletim, não havia novidade sobre o caso.

ENTENDA

A TR, utilizada para correção dos saldos de FGTS ficou abaixo dos índices da inflação no período de 1999 a 2012. Por essa razão, houve perdas no Fundo, e instituições representantes dos trabalhadores reivindicam a correção do saldo desse período por um índice inflacionário, como o INPC.

Discussão sobre Fator Previdenciário esbarra em ano eleitoral; centrais levaram tema às ruas

Sindicatos, centrais sindicais e alguns parlamentares vêm se articulando, nos últimos anos, para pôr fim ao fator previdenciário. Mas não deverá haver decisões este ano.

Esse fator é um mecanismo de cálculo que reduz o valor das aposentadorias por tempo de contribuição e foi criado no governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1999, para forçar os trabalhadores a aposentarem mais tarde.

Em entrevista ao portal IG, reproduzida pelo site do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), o ministro da Previdência, Garibaldi Alves, disse não acreditar em solução para esse tema este ano, por causa das eleições de outubro.

A reportagem do portal IG perguntou ao ministro se, enquanto não se chega a um consenso sobre eliminar o fator, a Previdência estuda utilizar algum mecanismo substituto. Garibaldi Alves respondeu que o governo federal não tem estudo nesse sentido. Ele destacou que, como o uso do fator previdenciário é lei, é necessário haver discussão no Congresso.

Há mais de uma alternativa sendo discutida no Parlamento, mas a que tem recebido mais apoio é o chamado fator 85/95: para obter aposentadoria integral, a soma do tempo de contribuição e da idade teria de ser igual ou maior a 85, para mulheres, e 95, para os homens.

Os trabalhadores, no entanto, não podem ficar esperando que a questão se arraste. Por isso, a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e outras centrais, em articulação com sindicatos filiados, foram às ruas, no ano passado e no último dia 9, em defesa da pauta da classe trabalhadora, que inclui, como um dos primeiros entre 15 itens, a questão do fim do fator previdenciário. O que está em jogo é qualidade de vida, direito, dignidade.

Recuperação de valor das aposentadorias: fundamental

Ao lado de questões como fim do fator previdenciário (tratado na matéria acima), tem sido bandeira cutista a defesa da política de valorização do salário mínimo, por beneficiar vasta parcela da população. Mas tem importância equivalente a valorização das aposentadorias acima do mínimo, já que os aposentados têm sofrido com o achatamento de seus benefícios, e as discussões a respeito desse problema se arrastam no Congresso Nacional.

No dia 9 de abril, a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que dispõe sobre a política de valorização de longo prazo do salário mínimo e a estende às aposentadorias. A matéria ainda passa por duas comissões antes de ir a plenário. Longo caminho pela frente.